

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO NORTE

Processo n.º 10/08.0BCPRT (ACÇÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL)

Acordam em conferência na Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte:

1. RELATÓRIO

MUNICÍPIO DO PORTO, devidamente identificado nos autos, intentou a presente acção administrativa especial contra a "COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS" (vulgo CNPD) peticionando que seja anulada a deliberação n.º 162/2008 da aqui R., tomada em 28.04.2008, e condenada a mesma à prática do acto devido [autorizar a realização de testes de alcoolemia nos termos constantes do regulamento interno que foi submetido à sua apreciação], nos termos e pelos fundamentos constantes da petição inicial inserta a fls. 04 e segs..

Citada a R., de forma válida e regular, veio a mesma apresentar contestação inserta a fls. 46 e segs. na qual impugnou e contraditou os fundamentos da presente acção administrativa, concluindo pela improcedência da mesma.

Observou-se o disposto no art. 85.º do CPTA sem que tenha havido qualquer pronúncia nos autos por parte do M.º P.º junto deste Tribunal (cfr. fls. 75 e segs.).

Procedeu-se ao saneamento dos autos nos termos vertidos no despacho de fls. 77 e após se ter dado cumprimento ao disposto no art. 91.º, n.º 4 do CPTA quer o A. quer a R. vieram a apresentar as competentes alegações nas quais sustentam e concluem que:

1) MUNICÍPIO DO PORTO

" ...

- 1) A R. incorre no vício de usurpação de poderes o que implica a nulidade do acto.
- 2) A usurpação de poderes implica também uma violação do princípio da legalidade (artigo 3.º CPA), porque extravasa as atribuições legalmente atribuídas à R..
- 3) Bem como a violação do princípio da legalidade se manifesta ainda no plano da fundamentação legal - ou, no caso da falta dela - da decisão final.
- 4) Viola ainda o princípio da prossecução do interesse público e da protecção dos direitos e interesses dos cidadãos (art. 4.º CPA) ao não ter em conta as necessidades de tutela destes direitos e interesses na actividade do A..
- 5) Viola ainda os princípios da igualdade e da proporcionalidade (artigo 5.º CPA) ao tentar impor uma fiscalização de alcoolemia somente a determinados trabalhadores.

6) A decisão da R. encontra-se ainda viciada por erro quanto aos pressupostos de facto, quer por aquela tratar o caso como uma fiscalização quanto ao consumo de estupefacientes, quer por tratar o A. como se de uma empresa privada se tratasse.

7) Trabalhar sob o efeito de álcool não é um direito dos funcionários do Município do Porto, nem um facto relativo à vida privada, ou à saúde.

8) Ainda que o fosse, implementar uma política de prevenção de riscos laborais, nos domínios da Segurança, Higiene e Saúde no trabalho, como sucedeu no Regulamento sub judice, é um dever da autarquia e um direito dos funcionários.

9) A Constituição e a Lei sempre apelariam à compatibilização de direitos e nunca à rejeição mecânica de uns.

10) O Regulamento censurado pela R. continha amplas salvaguardas de confidencialidade e observava os valores da necessidade, da igualdade e da proporcionalidade, estando dirigidas à prevenção de acidentes de trabalho e à salvaguarda da saúde dos funcionários e de terceiros ... (fls. 83 e segs.), pelo que deve a acção ser julgada procedente e a R. condenada nos termos peticionados;

II) CNPD

“ ...

1) A R., na sua deliberação n.º 162/2008, não se pronunciou sobre o “Regulamento interno sobre Prevenção e Controlo do Consumo de Bebidas Alcoólicas” enquanto tal.

Tomou, sim, posição sobre o tratamento de dados reflectido no conjunto da notificação de tratamentos de dados apresentada e do Regulamento anexo.

2) As informações resultantes dos testes de alcoolemia previstos são dados sensíveis, nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 67/98.

3) A legitimidade para o tratamento dos dados em causa só podia resultar de autorização da R.

4) O critério de decisão que a R. tem utilizado na apreciação de tratamentos deste tipo não fere o princípio da igualdade.

5) O facto de constituir infracção disciplinar a apresentação do trabalhador ao serviço em estado de embriaguez deve ser objecto de apreciação concreta, e não legitima sem mais a realização de testes de alcoolemia a todos os trabalhadores do A. - o que seria claramente desproporcionado.

6) O fundamento legal da Deliberação n.º 162/2008 consistiu na consideração dos artigos 5.º, n.º 1, al. c), 7.º, n.ºs 1 e 2 e 28.º, n.º 1, al. a) da Lei n.º 67/98 ... (fls. 104 e segs.), sustentando a improcedência da acção e manutenção da deliberação impugnada.

Colhidos os vistos legais juntos dos Exmos. Juízes-Adjuntos foram os autos submetidos à Conferência para julgamento.

2. SANEAMENTO PROCESSUAL

Após prolação do despacho saneador não foram suscitadas ou se verificam excepções, incidentes, nulidades e/ou questões prévias de que importe conhecer e que obstem à apreciação do mérito da causa.

3. DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DA ACÇÃO - QUESTÕES A APRECIAR

O A. deduziu pretensão impugnatória/condenatória assacando à deliberação objecto de apreciação nesta acção ilegalidades, de que cumpre conhecer nos termos e ao abrigo do disposto no art. 95.º do CPTA, nos termos seguintes:

- 1) Usurpação/desvio de poderes;
- 2) Violação do princípio da legalidade (art. 03.º CPA);
- 3) Violação do princípio da prossecução do interesse público e da protecção dos direitos e interesses dos cidadãos (art. 04.º CPA);
- 4) Violação dos princípios da igualdade e da proporcionalidade (art. 05.º CPA);
- 5) Erro quanto aos pressupostos de facto.

4. FUNDAMENTOS

4.1. DE FACTO

Da instrução e discussão da causa resulta apurada a seguinte facticidade:

I) A Câmara Municipal do Porto, em 06.11.2007, aprovou versão final do "*Regulamento Interno sobre Prevenção e Controlo do Consumo de Bebidas Alcoólicas*" com o teor constante de fls. 132 a 145 dos autos e que aqui se dá por reproduzido, ressaltando, nomeadamente do mesmo, o seguinte:

" ...

Art. 1.º

Âmbito de aplicação

O Regulamento Interno Sobre a Prevenção e Controlo do Consumo de Bebidas Alcoólicas, adiante designado por Regulamento, aplica-se a todos os trabalhadores da Câmara Municipal do Porto, independentemente do tipo de vínculo.

(...)

Art. 4.º

Consumo e venda de bebidas alcoólicas

1 - O consumo e venda de bebidas alcoólicas é admitido, apenas, nos locais e pelos períodos de tempo habitualmente destinados ao almoço e jantar.

2 - O consumo de bebidas alcoólicas, nos termos admitidos pelo presente Regulamento, encontra-se limitado a um máximo de 25 cl de vinho ou de 33 cl de cerveja, para acompanhamento da refeição.

3 - Entende-se por tempo e local de trabalho o definido no artigo 2.º.

Art. 5.º

Da realização dos testes

1 - O controlo de alcoolemia efectiva-se através do teste por determinação da Taxa de Álcool no Sangue, adiante designada por TAS, o qual será realizado sob orientação do serviço de Medicina do Trabalho e do Gabinete de Higiene e Segurança.

2 - Para o efeito, utilizar-se-á equipamento de sopro, certificado pelo Instituto Português da Qualidade, que avalia a quantidade de álcool no ar expirado, determinando, por essa via, as gramas de etanol por litro de sangue.

3 - A realização do teste é obrigatória.

4 - Aquando da realização do teste o trabalhador tem a faculdade de solicitar a presença de uma testemunha, que se encontre no local.

Art. 6.º

Dos sujeitos

1 - Serão sujeitos à determinação da TAS:

a) Os trabalhadores identificados no sorteio aleatório;

b) Os trabalhadores que o pretendam;

c) Os trabalhadores indicados pelos respectivos superiores hierárquicos, nomeadamente quando o seu comportamento indicie estado de embriaguez (no caso de o trabalhador, indicado por esta via, não apresentar teste positivo por duas vezes consecutivas, a chefia perderá esta prerrogativa relativamente ao mesmo);

d) Todos os trabalhadores que sofram acidentes em serviço serão sujeitos à determinação da TAS por parte da Medicina do Trabalho devendo, para o efeito o superior hierárquico, de imediato, tomar as devidas diligências;

e) Aquando da primeira consulta, nas situações de acidentes em serviço, nos Serviços Clínicos, são os trabalhadores submetidos à TAS, ficando sujeitos às consequências previstas no presente Regulamento.

2 - Aumenta a taxa de probabilidade de serem sorteados os trabalhadores nas seguintes situações:

a) Os trabalhadores identificados com uma TAS igual ou superior a 0,5 g/l, em avaliações anteriores;

b) Os grupos profissionais considerados de maior risco pelo serviço de Medicina do Trabalho.

Art. 7.º

Do sorteio

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO NORTE

1 - O sorteio realizar-se-á em dia e hora incertos da semana, nas instalações da Direcção Municipal de Recursos Humanos, adiante designada por DMRH,

2 - A fim de serem sujeitos ao teste de determinação da TAS, são sorteados aleatoriamente por computador, 32 trabalhadores por semana, sendo os primeiros 16 efectivos e os restantes suplentes.

3 - No caso de ausência dos efectivos, os suplentes são sujeitos ao teste de acordo com a ordem do sorteio, sendo aplicado o teste aos efectivos ausentes logo que regressarem à actividade.

4 - Os testes implicarão obrigatoriamente a máxima discrição, privacidade e seriedade. Realizar-se-ão nas instalações dos serviços médicos afectos à DMRH, ..., ou em área reservada nos próprios locais de trabalho, a definir por quem realiza o teste.

...

Art. 9.º

Sigilo

1 - Os testes estão sujeitos a sigilo profissional, sendo garantida a confidencialidade das informações por parte de quem os realiza e presenciá.

2 - O pessoal dirigente garante a confidencialidade das informações que lhe sejam transmitidas a propósito dos problemas ligados ao consumo do álcool.

3 - O disposto nos números anteriores não prejudica a possibilidade de as informações em causa serem comunicadas, por imposição legal ou para instrução de processo disciplinar, às entidades ou funcionários competentes para o efeito, informando os visados sempre que se verifiquem estas excepções.

...

Art. 11.º

Dos resultados

1 - Realizado o teste, o trabalhador será imediatamente informado do resultado do mesmo.

2 - Se da aplicação do teste resultar uma taxa igual ou superior a 0,5 g/l, o resultado será considerado positivo.

Art. 12.º

Da contraprova

1 - O trabalhador pode requerer que lhe seja feita contraprova por análise de sangue, num laboratório credenciado. Da contraprova faz parte a realização de exame médico.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, o elemento que aplica o teste acompanhará, de imediato, o trabalhador ao local onde a colheita possa ser efectuada, assegurando o seu transporte, quando necessário.

3 - Todas as despesas resultantes da contraprova serão por conta do requerente ou, se o resultado for negativo, por conta do Município.

Art. 13.º

Das consequências

1 - O resultado positivo da TAS definido nos termos do n.º 2 do art. 11.º, obriga ao afastamento imediato do trabalhador do local de trabalho.

2 - O serviço de Medicina do Trabalho, examinará, logo que possível, a correspondente situação clínica, bem como o encaminhamento e tratamento das situações de dependência do álcool para a equipa pluridisciplinar.

3 - O resultado positivo previsto no n.º 1, bem como o resultado do exame do serviço de Medicina do Trabalho, serão comunicados, por escrito, ao superior hierárquico do trabalhador, para os efeitos que tiver por convenientes, nomeadamente os referidos no art. 16.º.

...

Art. 16.º

Das infracções

1 - Os processos e infracções disciplinares resultantes da aplicação do presente Regulamento obedecem às normas constantes do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração ... e Local, ou do Código do Trabalho ou outros regimes especiais, consoante o tipo de relação jurídica estabelecida entre o trabalhador e o Município.

2 - Em especial, presume-se violação do dever de obediência, a recusa:

- a) De sujeição ao teste previsto no art. 5.º;
- b) De assinatura do boletim de controlo, prevista no n.º 1 do art. 10.º;
- c) ...;
- d) ...;
- e) ...;

3 - Os factos referidos no número anterior, bem como quaisquer outros susceptíveis de responsabilidade disciplinar, serão comunicados aos superiores hierárquicos respectivos, para efeitos de decisão quanto à instauração de processo disciplinar.

4 -

5 - A instauração de processo disciplinar é obrigatória em caso de reincidência, ou seja, o segundo resultado positivo da TAS obriga o superior hierárquico com competência em matéria disciplinar, a instaurar o respectivo processo ao trabalhador em causa.

...".

II) A Câmara Municipal do Porto remeteu à R. ofício, datado de 24.03.2006, sob o assunto "*Registo de tratamento de dados pessoais conforme ... lei 67/98 ...*", comunicando que no "*... âmbito do «Sistema de Gestão de Sorteios de Colaboradores», em fase de concepção ...*" se enviava a "*... respectiva Declaração para registo do tratamento de dados pessoais ...*", juntando-se em anexo tal "*Declaração*" e o "*SGSC - Sistema de Gestão de Sorteios de Colaboradores*" (cfr. fls. 01 a 27 do PA apenso cujo teor aqui se dá por reproduzido).

III) Sobre tal pedido veio a ser elaborado o "Projecto de Deliberação n.º 2/2008", datado de 07.01.2008, no qual se concluía "*... não conceder autorização para o tratamento de dados pessoais respeitantes ao sistema de testes de alcoolemia previsto no Regulamento*

elaborado pela CMP ...", determinando-se a audição da entidade visada nos termos dos arts. 100.º e 101.º do CPA (cfr. fls. 43 a 47 do PA apenso cujo teor aqui se dá por reproduzido).

IV) A Câmara Municipal do Porto recebida a notificação em 14.01.2008 remeteu a sua resposta discordante à R. [entrada e registada em 11.02.2008] nos termos e com o teor inserto-a fls. 52 a 60 do PA apenso que aqui se dão por reproduzidos.

V) A CNPD veio, em 28.04.2008, emitir a deliberação n.º 162/2008, objecto de impugnação, com o seguinte teor:

" ...

I - Introdução

A CNPD emitiu, sobre o objecto deste processo de autorização de tratamento de dados, o Projecto de Deliberação n.º 2/2008

Nesse Projecto, reiterou-se a posição normalmente assumida pela Comissão no tocante ao controlo da alcoolemia de trabalhadores, tanto do sector público como do privado. Esta posição tem sido feita valer, tanto a propósito de tratamentos relativos a serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho, como a procedimentos autónomos de recolha e organização desse tipo de informação.

Ou seja: tem-se admitido esse tipo de controlo sistemático em relação a certas profissões ou categorias específicas de trabalhadores que exerçam funções de particular risco e em que a influência do álcool pode criar grave perigo com respeito à vida ou saúde de terceiros.

Ressalvadas essas situações especiais, a CNPD tem entendido que a recolha e processamento generalizados de informações relativas ao consumo de álcool (ou estupefacientes) respeitantes a trabalhadores de entidades públicas ou privadas não devem ser autorizados.

E, isto, por considerar que tal procedimento permite a configuração de perfis de consumo personalizados, aspectos integrados na "vida privada" das pessoas em causa, e, nessa medida, assumindo a natureza de dados pessoais sensíveis - cujo tratamento só é legítimo, com base no artigo 7.º da Lei n.º 67/98, ..., com fundamento em lei (da Assembleia da República), no consentimento expresso dos titulares ou em decisão da CNPD, reconhecendo que tal operação corresponde a "interesse público importante".

No caso em apreciação não existe lei parlamentar permissiva, nem consentimento expresso esclarecido e livre dos trabalhadores abrangidos. Na verdade, mesmo que porventura se alegasse consentimento dos trabalhadores, a liberdade destes sempre seria contestável, face à posição de subordinação hierárquica dessas pessoas.

E não se entendeu verificado "interesse público importante" que pudesse justificar eventual autorização da CNPD para o tratamento em questão.

II - Defesa da entidade visada

O Município do Porto, no exercício do seu direito de defesa, veio, como questão prévia, pôr em causa a competência da CNPD para apreciar o Regulamento Interno sobre Prevenção e Controlo do

Consumo de Bebidas Alcoólicas da CMP, e, ainda, contestar o teor do projecto de deliberação pela Comissão.

A) Questão prévia

A CMP começou por apontar que a CNPD, embora no projecto de deliberação se pronuncie formalmente sobre a declaração de notificação apresentada, acabou, materialmente, por tomar posição sobre o aludido Regulamento.

Essa atitude consubstanciaria uma usurpação de poderes, já que a CNPD não teria competência para apreciar o dito Regulamento - matéria reservada aos tribunais e/ou às autoridades incumbidas da fiscalização das condições de trabalho.

B) Quanto ao fundo

No tocante à questão de fundo, a entidade visada sustenta, em síntese, que:

1) A CNPD não se terá apoiado em qualquer legislação identificável, mas tão-somente em anteriores tomadas de posição suas.

2) A Comissão não terá considerado os poderes de direcção hierárquica típicos das entidades patronais, ao abrigo dos quais se legitima a elaboração de regulamentos internos do tipo do que está em apreciação, tendentes a configurar o modo de exercício da actividade dos trabalhadores.

Em correlação com tais poderes se configura como ilícito disciplinar a "comparência ao serviço em estado de embriaguez" e, para apuramento das infracções aos deveres em causa, a faculdade de a entidade patronal poder exigir do trabalhador a sujeição a exame de controlo do grau de alcoolemia.

3) A perspectiva da CNPD denotaria, mesmo, uma postura de desconhecimento da importância actualmente reconhecida ao combate contra o alcoolismo.

Este objectivo diria respeito a todas as categorias e grupos de trabalhadores - implicando o ponto de vista da Comissão uma violação ao princípio da igualdade de tratamento e não discriminação.

4) A visão da CNPD revelar-se-ia desconforme com recente jurisprudência de tribunais superiores, designadamente os seguintes acórdãos:

- Do STJ, de 29/06/98, que ponderou não ofender a Constituição a ordem da entidade patronal, integrada em regulamento interno, para sujeição do trabalhador a teste de alcoolemia, constituindo por isso infracção disciplinar, e justa causa de despedimento, a recusa à realização desse exame;

- Do Tribunal Constitucional, de 20/06/95, que considerou não ser violador da Constituição o controlo rodoviário do grau de alcoolemia;

- Do Tribunal Constitucional, de 23/09/02, que decidiu que, face aos preceitos constitucionais, o trabalhador não pode deixar de se sujeitar a exames de medicina no trabalho.

5) O propósito de salvaguardar a aplicação igualitária do sistema é que terá justificado que, por princípio, o Regulamento preveja que os trabalhadores a sujeitar ao exame de grau de alcoolemia serão designados por forma aleatória.

Este cuidado vem complementado por garantia de confidencialidade sobre os resultados dos exames, aliás realizados pelos serviços de medicina no trabalho da autarquia.

III) - Apreciação

A) Questão prévia

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO NORTE

Não é exacta a alegação do Município do Porto, de que a CNPD não tenha poderes para apreciar o Regulamento em causa, tendo com isso cometido uma usurpação de poderes.

Antes de mais, sob o ponto de vista formal, a Comissão tem competência para solicitar a quaisquer entidades públicas ou privadas todas e quaisquer informações ou documentação de que necessite para cabal realização das suas atribuições.

E essas entidades estão obrigadas a fornecer-lhas, no âmbito do dever de colaboração que sobre elas a este respeito incide. É o que dispõe o artigo 24.º da Lei nº 67/98, ..., do seguinte teor:

"...".

E a Comissão considerou indispensável analisar tal Regulamento, para apreender, na sua integralidade, o tratamento de dados pessoais ora em causa.

E por isso é que tão-pouco é justificada a crítica da entidade visada, quando censura a CNPD por alegadamente ter começado a debruçar-se sobre o tratamento tal como notificado, mas ter vindo, depois, a tomar posição sobre o Regulamento.

O que na verdade sucedeu foi que a declaração de notificação apresentada pelo Município do Porto não proporcionava uma visão integral e correcta do tratamento de dados pessoais que se pretendia levar a cabo.

Com efeito, a finalidade desse tratamento vem assim caracterizada: "O Sistema de Gestão de Sorteios de Colaboradores - SGSC, constituirá uma aplicação para realizar Sorteios de Colaboradores fundamentalmente na área da prevenção e controlo de consumo de bebidas alcoólicas na Câmara Municipal do Porto."

E os dados pessoais a tratar são assim enumerados: "Nome, Nº Mecnográfico, Categoria Actual, Auto-condução, Código e Designação do Local de Trabalho e Direcção (Departamento) Divisão (ver tabelas de dados anexas)."

Só que a análise, também, da "Proposta de Regulamento" anexa à declaração revelava claramente que, afinal, se pretendia também recolher uma série de dados pessoais concernentes ao consumo de álcool por parte dos trabalhadores do MP.

Os resultados dos testes de alcoolemia de cada um dos trabalhadores para tanto designados constituiriam informações relativas a pessoas singulares identificadas - ou seja, "dados pessoais" na acepção da lei nº 67/98 (art. 3.º, al. a).

E apresentam-se mesmo como "dados sensíveis", integrados na previsão do artigo 7.º do mesmo diploma legal, na medida em que qualificáveis como "dados de saúde" e, mesmo, de dados concernentes à "vida privada" das pessoas a que se reportassem.

Foi esta constatação que forçou a CNPD a, fazendo apreciação cabal do tratamento de dados declarado, ter também em consideração o que no Regulamento em questão se prevê acerca da recolha e posterior processamento deste tipo de informações.

E o Projecto de deliberação emanado corresponde ao tipo de decisão que a CNPD previu tomar a respeito desse Regulamento, enquanto acto que instituiu e configuraria um tratamento de dados pessoais sensíveis que se entendeu não ser ajustado às exigências legais.

B) Quanto ao fundo

Não merecem acolhimento os diversos argumentos suscitados pelo Município do Porto quanto ao fundo da questão. Assim:

1) Não é exacto que o Projecto de deliberação formulado se apoie apenas em anteriores tomadas de posição da CNPD, e não já em razões de Direito.

Esse Projecto fundamenta-se, na medida em que considera que o pretendido tratamento permitiria configurar "perfis de consumo" dos trabalhadores, aspectos concernentes à noção de "vida privada", tal como prevista no artigo 7.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 67/98, que integra este tipo de informação na categoria de dados pessoais sensíveis.

Essa fundamentação é apresentada, em termos expressos, na parte decisória do Projecto em referência.

E, aliás, diferente não foi a motivação das anteriores tomadas de posição da CNPD cuja orientação geral o Projecto explicitamente afirma prosseguir.

2) A Comissão não descurou, naturalmente, a existência dos poderes de direcção hierárquica típicos das entidades patronais - nem, consequentemente, a possibilidade de estas aprovarem regulamentos destinados a reger a actividade dos trabalhadores no seio da empresa.

Tão-pouco contesta que nestes regulamentos se contenham normas respeitantes à proibição de os trabalhadores se apresentarem ao serviço em estado de embriaguez ou sob a influência de estupefacientes.

O que a CNPD entende é que o poder de direcção hierárquica não pode sobrepor-se ao respeito por dados pessoais sensíveis como os relativos à vida privada - o que poderia suceder se todos os trabalhadores pudessem ter de suportar a sujeição a testes de alcoolismo ou de consumo de estupefacientes.

Dos regulamentos de empresa não deverão, pois, poder constar normas desse teor, que tenderiam à possibilidade de configuração de perfis de consumo dessas substâncias em relação a todos os trabalhadores.

3) O que se admite, sim, é que, se, em certos e determinados casos, existirem indícios suficientes para se pressupor poder ter havido desrespeito a tais preceitos regulamentares - e, consequentemente, a prática de infracções disciplinares correspondentes a essa conduta -, então, sim, no âmbito dos processos correspondentes, se poderá submeter os presumidos infractores a testes coercivos de consumo de álcool ou estupefacientes.

Mas uma coisa é, portanto, a realização de testes dessa natureza em certas e determinadas situações, outra a generalizada aplicação de tais testes a todos os trabalhadores da empresa.

4) A jurisprudência mencionada pela CMP diz claramente respeito a casos do segundo tipo apontado na alínea anterior - e não de hipóteses em que os trabalhadores hajam sido sujeitos a testes generalizados ou aleatórios de consumo de álcool ou de estupefacientes.

Anote-se, a propósito, que não parece ter cabimento a citação, como a autarquia também faz, de jurisprudência respeitante ao controlo do consumo de álcool ou estupefacientes em relação a automobilistas.

CW

É que nesse âmbito existe legislação parlamentar admitindo tal actuação: aí, foi o legislador que, sopesando os interesses em jogo, entendeu justificar-se a admissão da compressão do direito de liberdade e do dado pessoal sensível "vida privada" representada por tais testes.

Em casos como o presente, ao invés, as normas em discussão constam de meros regulamentos internos de empresa.

5) Não parece justificada a crítica, também avançada pela CMP, no sentido de a CNPD estar a desconsiderar as perspectivas recentes com respeito aos perigos do consumo excessivo de álcool e de estupefacientes, e à forma de o debelar.

O que a CNPD entende é que existem outras formas de conseguir os mesmos objectivos, sem afectação desproporcionada de dados pessoais sensíveis.

Sejam disso exemplo, entre outros, os sistemas adoptados na Marinha e na Associação Industrial Portuguesa, centrados num acompanhamento médico de índole sobretudo pedagógica mas sem submissão a qualquer regime coercivo de testes de consumo.

6) Anote-se, enfim, que a confidencialidade afirmada pela CMP não se apresenta, em bom rigor, nos termos exigidos pela própria natureza de dados de saúde, como os aqui tratados.

O teor dos artigos 9.º, n.º 2 e 13.º, n.º 3 do Regulamento revela explicitamente que se prevê a comunicação de resultados dos testes à hierarquia administrativa da autarquia.

IV) - Deliberação final

Reitera-se, pois, o teor do projecto de deliberação, ora como deliberação.

A) O pedido

A Câmara Municipal do Porto notificou um tratamento de dados cuja finalidade foi declarada nos seguintes termos:

"O Sistema de Gestão de Sorteios de Colaboradores - SGSC, constituirá uma aplicação para realizar Sorteios de Colaboradores fundamentalmente na área da prevenção e controlo do consumo de bebidas alcoólicas na Câmara Municipal do Porto."

Quanto aos dados pessoais tratados, qualificados de não sensíveis, indicam-se: nome; número mecanográfico; categoria actual; auto-condução; código e designação do local de trabalho e direcção/departamento/divisão.

Como fundamentos de legitimidade do tratamento apontam-se o cumprimento de obrigações legais e a protecção de interesses vitais dos titulares.

A recolha de dados seria indirecta, por transferência de dados do Sistema de Gestão de Pessoal.

Não se prevêem comunicações de dados, nem interconexões, nem fluxos transfronteiras.

Como medidas de segurança apontam-se a utilização de cópias de "backup", de "passwords" de acesso às informações, de sistemas de processamento de "backups", bem como o acesso restrito de pessoas.

No tocante ao prazo de conservação, refere-se que a transferência de dados do SGP se processa mensalmente, tendo em vista a actualização dos dados pessoais dos colaboradores. Esta resposta faz presumir que a cessação da relação laboral conduzirá à eliminação dos dados.

Enfim, aponta-se que o direito de acesso aos dados e sua eventual correcção é garantido no âmbito do SGP.

B) Interpretação e integração do pedido

1) Necessidade de integração do elenco de dados a tratar

Anexa à declaração de notificação foi apresentada uma proposta de regulamento sobre prevenção e controlo do consumo de bebidas alcoólicas, documento cuja análise permitia concluir que os sorteios mencionados naquela tinham como objectivo a selecção de elementos a sujeitar a testes de alcoolemia.

Solicitado esclarecimento à Câmara Municipal, esta confirmou tal perspectiva, tendo remetido o texto do "Regulamento Interno sobre a prevenção e controlo de bebidas alcoólicas", aprovado em reunião de 8 de Março de 2006.

Acrescentou, todavia, que não aplicaria efectivamente esse Regulamento enquanto a CNPD não tomasse posição sobre o assunto.

2) Síntese do Regulamento

Prevê-se no Regulamento a realização de testes de alcoolemia, sob a égide do serviço de Medicina no Trabalho e do Gabinete de Higiene e Segurança (art. 5.º, n.º 1).

Os testes são obrigatórios, para os que para eles sejam designados, os quais poderão pedir a presença duma testemunha (art. 5.º, n.ºs 3 e 4).

Realizam os testes (art. 6.º, n.º 1): os designados por sorteio (aleatório - art. 7.º); os que o pretendem fazer; e os designados pelos superiores hierárquicos, com base em determinados critérios.

Têm maior probabilidade de realizar testes os pertencentes a certas categorias profissionais de risco e os que já tenham em teste anterior revelado resultado igual ou superior a 0,5g/l de alcoolemia (art. 6.º, n.º 2).

Estão obrigados a sigilo os elementos que acompanham os testes e os superiores hierárquicos que venham a tomar conhecimento dos seus resultados (art. 9.º).

Os resultados positivos (iguais ou superiores a 0,5g/l - art. 11.º, n.º 2) têm como consequência (art. 13.º):

- O afastamento do trabalhador do seu local de trabalho;
- A comunicação a uma equipa multidisciplinar incumbida de acompanhar o caso;
- E a informação ao superior hierárquico, nomeadamente para efeitos disciplinares.

Enfim, o artigo 16.º prevê um enquadramento sancionatório de índole francamente desajustada.

Assim, nele se "presume" como violação do dever de obediência a recusa:

- à sujeição ao teste;
- à assinatura do boletim de controlo do teste;
- à apresentação ao serviço de Medicina do Trabalho, na sequência do teste;
- ao tratamento indicado pelo serviço de Medicina do Trabalho;
- da instauração de procedimento disciplinar (pelo superior, parece), no caso de reincidência

em teste positivo.

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO NORTE

Os factos acima enunciados são comunicados aos superiores hierárquicos, para efeitos de eventual instauração de procedimento disciplinar.

No preâmbulo do Regulamento menciona-se que a obrigatoriedade de sujeição a estes testes decorre dos poderes de direcção e regulamentação interna da hierarquia.

C) O Direito

1) Posição da CNPD quanto aos testes de alcoolemia

A realização de testes de alcoolemia tem a ver - ao invés do sustentado pela CMP na declaração de notificação em apreciação - com dados pessoais sensíveis, visto que permitem, mesmo, a realização de perfis de comportamento das pessoas em questão.

Tais informações inserem-se, sem margem para dúvidas, na noção de "vida privada", na acepção do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 67/98, ... - constituindo, ademais, dados de saúde.

A CNPD vem definindo, já de há anos, uma posição geral quanto à legitimidade de realização de testes de alcoolemia (e toxicodependência) - posição essa que pode colher-se, p.e., da fundamentação da decisão tomada no Processo n.º 2461/03 e que a seguir se transcreve:

"a) Autorização dos testes

2.a.1. - Foi notificado o tratamento de dados pessoais realizado no âmbito da Gestão da Informação dos Serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, no qual se procede ao tratamento, entre outros, de dados de saúde, de informação relativa ao consumo de álcool.

2.a.2. - Este tratamento é feito nos termos do disposto no DL 26/94, ..., na redacção que lhe foi dada pelo DL 109/2000, Ou seja, há legitimidade, em termos gerais, para serem tratadas aquelas categorias de dados na medida em que a gestão de informação visa assegurar o cumprimento de uma obrigação legal (cf. artigo 7.º, n.º 2 da Lei 67/98). Para que a CNPD possa autorizar este tratamento é necessário, ainda, que sejam asseguradas "garantias de não discriminação" e adoptadas "medidas de segurança" adequadas.

2.a.3. - Em geral, os dados tratados são necessários, pertinentes e não excessivos em relação à finalidade (artigo 5.º, n.º 1, alínea c) da Lei 67/98).

Em que condições pode ser tratada toxicodependência e a alcoolemia?

No que respeita ao consumo de drogas e alcoolemia tem entendido a CNPD, como regra geral, que não deve ser autorizado o tratamento automatizado, de forma generalizada (para todo o universo de trabalhadores da empresa) e com um detalhe que permita estabelecer as quantidades consumidas, o tipo de produto consumido e as circunstâncias em que se realiza o consumo.

O registo detalhado do consumo de álcool, ao ponto de permitir a elaboração de "perfis de consumo" constitui uma devassa injustificada nos hábitos do trabalhador. Admite-se que seja feita uma "mera anotação" do historial de consumo (uma referência genérica consome/não consome), na sequência de informação do trabalhador. É o que parece existir no caso presente.

Porém, o direito à privacidade pode ser limitado quando estes factos tenham repercussões negativas na relação de trabalho, haja razões de interesse público relevante ou a necessidade de controlo estiver em conflito com outros direitos constitucionalmente consagrados. Ora, para algumas categorias profissionais - v.g. motoristas ou gruitas - admite-se que sejam tomadas medidas de

vigilância e de registo automatizado de meios auxiliares de diagnóstico ou de testes para prevenir perigos para a sua integridade física ou para a de terceiros.

Por isso, a CNPD não autorizou o tratamento detalhado de eventuais exames (vg. Regulares) sobre consumo de drogas ou álcool para a generalidade dos trabalhadores por se revelar excessivo e discriminatório."

2) Apreciação do caso concreto

Admite-se que um tratamento deste tipo possa reportar-se a certas categorias muito específicas de trabalhadores v.g. motoristas - ou outras que exijam elevada perícia ou que envolvam riscos consideráveis para os próprios ou para terceiros.

A sua adopção como procedimento generalizado a todos os trabalhadores da CML não se considera, todavia, compatível com a posição geral definida pela CNPD, e que continua a considerar-se válida.

Estão em causa, com efeito, dados sensíveis - de saúde; da vida privada -, ao contrário do que na declaração de notificação se refere.

Inexistindo norma legal permissiva, não é legítimo obrigar os trabalhadores a realizar estes testes, quer em função de resultados dum sorteio, quer por decisão de superior hierárquico.

Também cabe ponderar que, se a taxa de 0,5% constitui limite adequado para a condução automóvel na via pública, ela surge inadequada e excessiva em relação a actividades que envolvam menores riscos.

Por seu turno, os poderes de supremacia próprios da hierarquia administrativa não podem, ao invés do que se pretende, constituir fundamento bastante para a obrigatoriedade de sujeição aos testes em questão.

Estando em causa direitos fundamentais - à liberdade, à reserva da vida privada - só por efeito de decisão judicial ou lei formal uma tal limitação ou constrangimento poderia aceitar-se.

Além disso, a maior probabilidade de sujeição a teste em relação a quem tenha já excedido o limite de alcoolemia previsto acaba por envolver discriminação quanto a essas pessoas.

Acresce que, representando os resultados dos testes dados de saúde, estes não poderiam, enquanto tais, ser comunicados a autoridades administrativas (mas apenas a profissionais vinculados pelo segredo médico) - e muito menos fundamentar decisões destas no sentido da abertura de processos disciplinares.

Note-se, enfim, que mesmo que se reduzisse o fundamento de legitimidade deste tratamento ao consentimento, tornando integralmente facultativo o sistema, ainda assim não se poderia entender verificado o requisito previsto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 67/98.

É que tal consentimento, para releva, tem de ser livre e esclarecido.

E sempre se poderia duvidar da autêntica liberdade de um consentimento destes, prestado por trabalhadores, tendo em conta a relação de subordinação própria do vínculo laboral.

V) - Conclusão

Assim, nos termos dos artigos 7.º, n.ºs 1 e 2, e 28.º, n.º 1, al. a) da Lei n.º 67/98, a CNPD não autoriza o tratamento de dados pessoais relativo à realização de testes de alcoolemia notificado pela CMP e configurado nos termos do Regulamento correspondente ...".

VI) Tal deliberação referida em V) foi notificada à Câmara Municipal do Porto por ofício n.º 3465, datado de 29.04.2008.

VII) O A. instaurou a presente acção administrativa especial de impugnação da deliberação referida em V) em 17.06.2008.

«»

4.2. DE DIREITO

Assente a factualidade apurada com relevância para a decisão cumpre, agora, entrar na análise dos vários fundamentos de ilegalidade suscitados para se concluir pela procedência ou improcedência da pretensão do recorrente.

π

4.2.1. DA USURPAÇÃO/DESVIO DE PODERES

Sustenta o A. que a deliberação da CNPD constitui uma usurpação/desvio de poderes por parte desta já que a mesma não se pronuncia sobre o pedido que lhe havia sido formulado [relativo a registo de tratamento de dados pessoais no âmbito Lei n.º 67/98 - controlo alcoolemia] e veio a analisar o "*Regulamento Interno sobre Prevenção e Controlo do Consumo de Bebidas Alcoólicas*" aprovado pela edilidade, quando tal competência cabe aos Tribunais (Trabalho ou Administrativos).

Vejamos.

A ilegalidade consubstanciada na usurpação de poderes, geradora de nulidade [cfr. art. 133.º, n.ºs 1 e 2, al. a) do CPA], define-se ou traduz-se na prática por um órgão da Administração de um acto que decide uma questão que é da competência dos tribunais ou do poder legislativo [cfr. Freitas do Amaral in: "*Curso de Direito Administrativo*" vol. II, pág. 385; Sérvulo Correia in: "*Noções de Direito Administrativo*", pág. 380; Marcelo Rebelo de Sousa in: "*Direito Administrativo Geral - Actividade Administrativa*", Tomo III, págs. 154 e 155; M. Esteves de Oliveira in: "*Direito Administrativo*", pág. 555; M. Esteves de Oliveira, Pedro Gonçalves e J. Pacheco Amorim in: "*Código de Procedimento Administrativo*", 2.ª edição, pág. 643; Acs. do STA de 09.05.2000 - Proc. n.º 043672, de 20.03.2003 - Proc. n.º 01280/02, de 13.10.2004 (Pleno) - Proc. n.º 047836, de 19.09.2006 - Proc. n.º 0165/06, de 22.11.2006 - Proc. n.º 0424/06, de 03.04.2008 - Proc. n.º 0934/07, de 19.11.2008 - Proc. n.º 070/08 in: "*www.dgsi.pt/jsta*"], traduzindo-se, por conseguinte, numa forma de incompetência agravada por falta de atribuições.

Verifica-se, pois, tal ilegalidade quando a autoridade administrativa invade a esfera de atribuições dos tribunais ou quando pratica um acto do poder legislativo, pelo que importa precisar estes conceitos.

Assim, estaremos em presença dum acto jurisdicional quando através da emissão do mesmo se esteja a prosseguir o interesse público de composição ou dirimição de interesses em conflito (entre particulares, entre estes e interesses públicos ou entre estes, quando verificados entre entes públicos diferentes) no qual não é interessado o órgão que decide que intervém numa posição de neutralidade, tendo, pois, como fim específico a realização do direito ou da justiça.

Configura-se como acto do poder legislativo aquele que emitido por órgão integrante daquele poder se move no âmbito duma actividade de conformação normativa que tem por conteúdo a direcção ou definição suprema e geral das opções da comunidade e do Estado, sendo uma das formas de manifestação da função política e daí o falar-se em função político-legislativa.

Já estaremos, por seu turno, perante um acto administrativo quando a composição de interesses em causa tem por finalidade a realização de qualquer outro interesse público que ao ente público compete prosseguir, constituindo tal composição um simples meio ou instrumento desse outro interesse, na certeza de que o acto administrativo não tem como seu objectivo a resolução dum conflito de interesses.

Quanto ao desvio de poder trata-se de ilegalidade que pressupõe uma discrepância entre o fim legal e o fim real ou fim efectivamente prosseguido pela Administração, traduzindo-se, nas palavras de Freitas do Amaral, "... no exercício de um poder discricionário por um motivo principalmente determinante que não condiga com o fim que a lei visou ao conferir tal poder ..." (in: *ob. cit.*, vol. II, pág. 394) (cfr. ainda Marcello Caetano in: *"Manual de Direito Administrativo"*, vol. I, pág. 506; Marcelo Rebelo de Sousa in: *ob. cit.*, pág. 256; M. Esteves de Oliveira in: *ob. cit.*, pág. 575).

Note-se que para existir tal ilegalidade não interessa saber se a Administração se desviou do fim legal porque interpretou mal a lei, visto tal constituir erro de direito, ou porque, intencionalmente, quis mesmo prosseguir um fim contrário à lei, isto é, por má fé.

O desvio de poder comporta duas modalidades principais:

a) O desvio por motivo de interesse público; e

C/

b) O desvio por motivo de interesse privado.

Socorrendo-nos de novo das palavras de Freitas do Amaral (*in: ob. cit., págs.*), para se determinar se se verifica o desvio de poder impõe-se proceder às seguintes operações:

1.º - Apurar qual o fim visado pela lei ao conferir a certo órgão administrativo um determinado poder discricionário;

2.º - Investigar depois qual o motivo principalmente determinante da prática do acto administrativo em causa;

3.º - Resolver se este motivo principalmente determinante condiz ou não com aquele fim legalmente estabelecido.

Esta ilegalidade do acto só se verificará quando a Administração, procurando prosseguir vários fins, acolhe um fim principal ou determinante que não seja o legalmente prescrito, ou seja, quando da prova produzida resulte para o Tribunal a convicção de que o motivo principalmente determinante da prática do acto administrativo não condiz com o fim visado pela lei na concessão do poder discricionário. Note-se que, todavia, desde que prossiga o fim legal a Administração não está impedida de acessoriamente prosseguir outros fins.

Presente este enquadramento teórico das ilegalidades em epígrafe centremonos, agora, no caso em análise socorrendo-nos, para o efeito, do pertinente quadro legal.

Reiterando aquilo que já decorria do art. 21.º, n.º 1 da Lei n.º 67/98, de 26.10 [diploma relativo à Lei da Protecção de Dados Pessoais], preceitua-se no art. 02.º da Lei n.º 43/04, de 18.08 [diploma que regula e disciplina organização e funcionamento da Comissão Nacional de Protecção de Dados - CNPD], que a "... CNPD é uma entidade administrativa independente, com poderes de autoridade, que funciona junto da Assembleia da República, com as atribuições e competências definidas na lei ...", decorrendo, ainda, do supra citado art. 21.º da Lei n.º 67/98 que a CNPD "... exerce as suas competências em todo o território nacional ..." (n.º 2) "... pode ser solicitada a exercer os seus poderes por uma autoridade de controlo de protecção de dados de outro Estado membro da União Europeia ou do Conselho da Europa ..." (n.º 3), e "... coopera com as autoridades de controlo de protecção de dados de outros Estados na difusão do direito e das regulamentações nacionais em matéria de protecção de dados pessoais, bem como na defesa e no exercício dos direitos de pessoas residentes no estrangeiro ..." (n.º 4).

Resulta, por seu turno, do art. 22.º do mesmo diploma, sob a epígrafe de "atribuições" da CNPD, que esta "... é a autoridade nacional que tem como atribuição controlar e fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares em matéria de protecção de dados pessoais, em rigoroso respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades e garantias consagradas na Constituição e na lei ..." (n.º 1), "... deve ser consultada sobre quaisquer disposições legais, bem como sobre instrumentos jurídicos em preparação em instituições comunitárias ou internacionais, relativos ao tratamento de dados pessoais ..." (n.º 2), dispondo de "... poderes de investigação e de inquérito, podendo aceder aos dados objecto de tratamento e recolher todas as informações necessárias ao desempenho das suas funções de controlo; ... poderes de autoridade, designadamente o de ordenar o bloqueio, apagamento ou destruição dos dados, bem como o de proibir, temporária ou definitivamente, o tratamento de dados pessoais, ainda que incluídos em redes abertas de transmissão de dados a partir de servidores situados em território português; ... poder de emitir pareceres prévios ao tratamento de dados pessoais, assegurando a sua publicitação ..." (n.º 3).

E do art. 23.º, relativo a "competências", decorre que compete "... em especial à CNPD: a) Emitir parecer sobre disposições legais, bem como sobre instrumentos jurídicos em preparação em instituições comunitárias e internacionais, relativos ao tratamento de dados pessoais; b) Autorizar ou registar, consoante os casos, os tratamentos de dados pessoais; c) Autorizar excepcionalmente a utilização de dados pessoais para finalidades não determinantes da recolha, com respeito pelos princípios definidos no artigo 5.º; d) Autorizar, nos casos previstos no artigo 9.º, a interconexão de tratamentos automatizados de dados pessoais; e) Autorizar a transferência de dados pessoais nos casos previstos no artigo 20.º; f) Fixar o tempo da conservação dos dados pessoais em função da finalidade, podendo emitir directivas para determinados sectores de actividade; g) Fazer assegurar o direito de acesso à informação, bem como do exercício do direito de rectificação e actualização; h) Autorizar a fixação de custos ou de periodicidade para o exercício do direito de acesso, bem como fixar os prazos máximos de cumprimento, em cada sector de actividade, das obrigações que, por força dos artigos 11.º a 13.º, incumbem aos responsáveis pelo tratamento de dados pessoais; i) Dar seguimento ao pedido efectuado por qualquer pessoa, ou por associação que a represente, para protecção dos seus direitos e liberdades no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e informá-la do resultado; j) Efectuar, a pedido de qualquer pessoa, a verificação de licitude de um tratamento de dados, sempre que esse tratamento esteja sujeito a restrições de acesso ou de informação, e informá-la da realização da verificação; k) Apreciar as reclamações, queixas ou petições dos particulares; l) Dispensar a execução de medidas de segurança, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 15.º, podendo emitir directivas para determinados sectores de actividade; m) Assegurar a representação junto de instâncias comuns de controlo e em reuniões comunitárias e internacionais de entidades independentes de controlo da protecção de dados pessoais, bem como participar em reuniões internacionais no âmbito das suas competências, designadamente exercer funções de representação e fiscalização no âmbito dos sistemas Schengen e Europol, nos termos das disposições aplicáveis; n) Deliberar sobre a

aplicação de coimas; o) Promover e apreciar códigos de conduta; p) Promover a divulgação e esclarecimento dos direitos relativos à protecção de dados e dar publicidade periódica à sua actividade, nomeadamente através da publicação de um relatório anual; q) Exercer outras competências legalmente previstas ..." (n.º 1), sendo que no "... exercício das suas competências de emissão de directivas ou de apreciação de códigos de conduta, a CNPD deve promover a audição das associações de defesa dos interesses em causa ..." (n.º 2), proferindo no exercício das suas funções "... decisões com força obrigatória, passíveis de reclamação e de recurso para o Tribunal Central Administrativo ..." (n.º 3).

Visto e cientes deste quadro legal, bem como do que supra se foi tecendo a propósito do enquadramento das ilegalidades suscitadas afigura-se-nos que as mesmas não se verificam *"in casu"*, não assistindo razão ao A. quanto a este fundamento impugnatório.

Na verdade, não se descortina, desde logo, em que medida é que ocorre o pretenso desvio de poder já que, da alegação do A. e facticidade apurada, não deriva a existência duma discrepância entre o fim legal prescrito e imposto pela lei e o fim real ou fim efectivamente prosseguido pela CNPD na tomada da deliberação em crise.

Por outro lado, não se vislumbra também que ocorra qualquer usurpação de poderes que inquiere, com tal fundamento, a legalidade/validade da deliberação da CNPD visto que a R. tomou a sua decisão, no uso dos poderes e atribuições que a lei legalmente lhe conferiu (cfr. arts. 02.º da Lei n.º 43/04, 21.º, 22.º e 23.º da Lei n.º 67/98), apenas relativamente aquilo que constituía o seu objecto e limites de pronúncia [pedido de tratamento de dados pessoais relativo à realização de testes de alcoolemia notificado pela CMP].

É que do facto de a CNPD ter decidido ou concluído decisoramente não autorizar "... o tratamento de dados pessoais relativo à realização de testes de alcoolemia notificado pela CMP e configurado nos termos do Regulamento correspondente ..." não se pode sustentar e de seguida concluir que a mesma tenha entrado na análise e pronúncia quanto ao *"Regulamento Interno sobre Prevenção e Controlo do Consumo de Bebidas Alcoólicas"* aprovado pela edilidade portuense, pois, o único segmento decisório vinculante prende-se com a não autorização do pedido de tratamento de dados pessoais formulado, surgindó a alusão ao Regulamento em referência por efeito da sua junção como anexo ao pedido de autorização de tratamento de dados e que serviu para a sua global leitura, interpretação e integração.

O acto em causa dimanou de autoridade no exercício das atribuições e competências que a lei lhe confere, concretamente as de autorizar ou não os tratamentos de dados pessoais, traduzindo-se na prolação de decisão em matéria administrativa pelo que não se antolha, deste modo, que uma tal actuação configure invasão da esfera de atribuições do poder judicial.

Daí que, de harmonia com o atrás exposto, não se descortina que a deliberação em crise constitua uma qualquer "invasão" às competências conferidas aos Tribunais (Trabalho ou Administrativo), nem enferme de um qualquer desvio de poder, improcedendo, pois, este fundamento de ilegalidade.

π

4.2.2. DA VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE (ART. 03.º CPA)

Invoca o A. que a deliberação objecto da presente impugnação infringe o princípio em epígrafe que encontra seu assento legal no art. 03.º do CPA, argumentando, para o efeito, *"... que a posição, constantemente, adoptada pela CNPD não se fundamenta em nenhum preceito legal ..."*, *"... apoiando-se mecanicamente em decisões já anteriormente tomadas ..."*.

Apreciemos.

Para além dos afloramentos constantes do art. 02.º da CRP resulta ainda do n.º 2 do art. 266.º da nossa Lei Fundamental que os *"... órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à lei ..."*, sendo que decorre do n.º1 do art. 03.º do CPA que os *"... órgãos da Administração Pública devem actuar em obediência à lei e ao direito, dentro dos limites dos poderes que lhes estejam atribuídos e em conformidade com os fins para que os mesmos poderes lhes forem conferidos ..."*.

Constitui pedra basilar do Estado de direito a subordinação jurídica de todos os poderes públicos, nomeadamente o da Administração, sendo o princípio da legalidade o concretizador de tal fundamento.

A subordinação jurídica implica que os órgãos e agentes da Administração Pública só podem agir com fundamento na lei e dentro dos limites por ela impostos.

Tal princípio tem por conteúdo não apenas o respeito da lei, em sentido formal ou em sentido material, mas abrange ou implica a subordinação da Administração a todo o bloco legal (a CRP, a lei ordinária, o regulamento, os direitos resultantes de contrato administrativo e de direito privado ou de acto administrativo constitutivo de direitos, bem como aos princípios gerais de Direito e mesmo ao Direito Internacional que vigore na ordem jurídica interna),

sendo que o mesmo princípio tem por objecto todos os tipos de comportamentos da Administração Pública e comporta duas modalidades:

- a) A preferência da lei (veda à administração que a mesma contrarie o direito vigente) e
- b) A reserva da lei (exige-se que a administração na sua actuação, mesmo que não contrária ao direito, tenha fundamento numa norma jurídica), sendo que esta se projecta, por sua vez, em duas maneiras complementares:

1) A precedência de lei (exprime a necessária anterioridade do fundamento jurídico-normativo que preside à actuação administrativa), e

2) A reserva de densificação normativa (exigência daquele mesmo fundamento jurídico-normativo estar e se mostrar dotado dum grau de suficiente pormenorização que permita antecipar adequadamente tal actuação administrativa) (cfr., para maiores desenvolvimentos, Freitas do Amaral in: *ob. cit.*, págs. 40 e segs.; Marcelo Rebelo de Sousa in: *"Direito Administrativo Geral - Introdução e princípios fundamentais"*, Tomo I, págs. 153 e segs.; M. Esteves de Oliveira, Pedro Gonçalves e J. Pacheco Amorim in: *ob. cit.*, págs. 86 e segs.; Santos Botelho, Pires Esteves e Cândido Pinho in: *"Código de Procedimento Administrativo Anotado"*, 5.ª edição, págs. 48/51).

Munidos do pertinente enquadramento e dos considerandos antecedentes sobre o princípio que alegadamente foi violado pela deliberação impugnada temos para nós que a ilegalidade não existe no caso "*sub judice*".

Com efeito, presente o procedimento administrativo em presença e factualidade apurada nos autos não se vislumbra que a R. haja no acto administrativo em crise desrespeitado o princípio da legalidade no enquadramento feito, pois, nada ressalta dos autos que permita concluir que tenha existido uma actuação contrária à lei, nomeadamente, que a deliberação impugnada tenha sido proferida sem fundamento na lei e/ou fora dos limites pela mesma impostos.

Analizados os termos e o segmento decisório corporizados no acto administrativo em crise temos que a CNPD funda a sua decisão de indeferimento da pretensão do A. na lei [arts. 07.º, n.ºs 1 e 2, 28.º, n.º 1, al. a) da Lei n.º 67/98 - *atente-se seus pontos "IV - Deliberação Final" (Direito - n.ºs 1 e 2) e "V - Conclusão"*], fazendo para o efeito apelo, em parte e nos termos da sua fundamentação, para aquilo que tinha sido o entendimento que aquela autoridade havia veiculado em anteriores decisões sobre a matéria [ponto "*IV - Deliberação Final*" - c) *Direito - n.º 1 "Posição da CNPD quanto aos testes de alcoolemia"*], para depois efectuar a "*apreciação do caso concreto*", ou seja, a pretensão do A. [vide ponto "*IV - Deliberação Final*" - c) *Direito - n.º 2*] em função do entendimento que

a mesma faz do regime decorrente dos arts. 07.º e 28.º, n.º 1, al. a) da Lei n.º 67/98, regime de que a mesma se socorre e cita ao longo da deliberação impugnada na presente acção administrativa, o que afasta a imputação ou acusação feita à deliberação por parte do A./recorrente quando ao carácter meramente “mecânico” da mesma na apreciação do seu pedido.

Note-se que o uso de remissão para posição anterior tomada pela mesma autoridade em caso diverso na fundamentação de decisão administrativa não inquina esta de ilegalidade, mormente, de infracção ao princípio em análise quando, como é o caso vertente, em tal remissão se acolhe e reitera sobre a mesma matéria em crise entendimento estribado em quadro normativo de qual faz apelo e que, inclusive, veio a ser invocado expressamente no segmento decisório da deliberação ora impugnada e que está subjacente ou é mesmo parcialmente referido na “*apreciação do caso concreto*”.

Por conseguinte, não se descortina à luz do exposto que o acto administrativo objecto de impugnação tenha evidenciado ou evidencie uma actuação ilegal na análise da pretensão formulada pelo A. em face do princípio “*sub judice*”, sendo que não foi invocada a infracção de normativos específicos por parte daquele acto administrativo.

π

4.2.3. DA VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROSECUÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO E DA PROTECÇÃO DOS DIREITOS E INTERESSES DOS CIDADÃOS (ART. 04.º CPA)

Argumenta, nesta sede, o A. que a deliberação impugnada ofende o princípio em referência previsto no art. 04.º do CPA visto que a mesma ao desatender a pretensão por si formulada, impedindo-o de implementar e colocar em funcionamento o regime de registo de tratamento de dados pessoais no âmbito da Lei n.º 67/98 - controlo alcoolemia e o “*Regulamento Interno sobre Prevenção e Controlo do Consumo de Bebidas Alcoólicas*”, põe em causa os interesses da comunidade que se visam prosseguir os quais devem prevalecer sobre os direitos dos trabalhadores da edilidade.

Analisemos.

Preceitua-se n.º 1 do art. 266.º da CRP que a “... *Administração Pública visa a prossecução do interesse público* ...”, sendo que em concretização daquele comando

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO NORTE

constitucional o legislador ordinário veio dispor no art. 04.º do CPA, sob a epígrafe de *"princípio da prossecução do interesse público e da protecção dos direitos e interesses dos cidadãos"*, que compete *"... aos órgãos administrativos prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos ..."*.

Como impressivamente refere Marcelo Rebelo de Sousa a *"... administração pública e o direito administrativo só podem compreender-se com recurso à ideia de interesse público ..."*, este *"... é o norte da administração pública ..."* (in: ob. cit., Tomo I, pág. 201).

A definição do que constitui o *"interesse público"* comporta quer uma perspectiva mais ampla sendo entendido como o *"interesse colectivo"*, o *"interesse geral duma determinada comunidade"*, o *"bem comum"*, quer uma perspectiva mais restrita correspondendo, então, à *"esfera das necessidades a que a iniciativa privada não pode responder e que são vitais para a comunidade na sua totalidade e para cada um dos seus membros"*.

Note-se que é na lei (Constituição e lei ordinária) que se mostram definidos os interesses públicos que devem ser prosseguidos obrigatoriamente pela Administração Pública não sendo esta a fazê-lo e estando-lhe vedada, sob pena de ilegalidade e de sujeição dos prevaricadores a outras sanções, a possibilidade de prossecução de interesses particulares, para além de que sobre a mesma impende também o dever de boa administração (cfr. art. 10.º do CPA - *princípio da eficiência*) e está limitada na sua actuação pelo princípio do respeito dos direitos e interesses legalmente protegidos.

Nas palavras de M. Esteves de Oliveira e outros *"... a «prossecução dos interesses públicos» seria ... o «volante» (ou o «acelerador») da Administração Pública: os «direitos e interesses protegidos» são as barreiras da estrada em que ela circula, levando-a a fazer, aqui e ali, «curvas» e desvios mais pronunciados, a optar por medidas menos radicalmente viradas para a satisfação do interesse público do que aquelas que se tomariam, se este fosse o único critério da sua determinação ..."* (in: ob. cit., pág. 98).

Atente-se, todavia, que a noção e definição do que seja o *"interesse público"* se revela como sendo de conteúdo variável já que a sua concretização está dependente da evolução dos tempos ou do permanente devir, pelo que o que ontem constituía interesse público hoje poderá não sê-lo e o de hoje não o será possivelmente amanhã.

Refere ainda a este propósito Marcelo Rebelo de Sousa que *"... a administração goza de uma ampla margem de livre decisão quanto ao «modus faciendi» da sua prossecução: um tribunal pode anular um acto da administração por ele prosseguir um interesse privado ou um interesse*

público diferente do definido por lei para o exercício da competência em causa, mas não pode anulá-lo, com fundamento no mesmo princípio, por considerar que ele não prossegue da melhor maneira o interesse público legalmente definido ..." (in: ob. cit., Tomo I, pág. 202).

Ora presente a situação "*sub judice*" temos que não se descortina em que medida é que a deliberação administrativa impugnada se possa considerar como violadora deste princípio a ponto de permitir fundar qualquer juízo de invalidade por ocorrência de ilegalidade.

À luz dos desenvolvimentos antecedentes efectivamente este princípio não permite, desde logo, fundar um juízo de ilegalidade da deliberação em questão, sendo que ainda que assim se não entenda sempre não se depreende da mesma deliberação que a autoridade demandada haja desenvolvido conduta que a afaste da prossecução do interesse público em que está legalmente imbuída quanto à tutela dos direitos e interesses em matéria de defesa e protecção dos dados pessoais sensíveis (cfr. arts. 26.º da CRP e 07.º da Lei n.º 67/98), não se podendo falar aqui, como sustenta o A., numa tutela dum pretenso "*direito a trabalhar sob influência de álcool*" por parte da deliberação da CNPD.

Não se revela, pois, minimamente ocorrer qualquer desvirtuamento da prossecução daquele interesse na emissão da deliberação impugnada na certeza de que claramente não se afirma "*in casu*" uma actuação tendente a prosseguir interesses privados (ilegalidade essa geradora de outra fonte de invalidade), sendo que do facto de não terem sido considerados outros interesses públicos, invocados como alegadamente prosseguidos pelo A. com os procedimentos em referência, não deriva uma infracção ao princípio ora em crise.

π

4.2.4. DA VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DA PROPORCIONALIDADE (ART. 05.º CPA)

Invoca, ainda, o A. que a deliberação tomada pela CNPD viola os princípios em epígrafe já que não promove a igualdade entre todos os trabalhadores a qual só é efectivamente prosseguida com a sujeição de todos os funcionários/trabalhadores da edilidade ao dever realização dos testes de alcoolemia, inexistindo como tal qualquer desproporção do regime regulamentar e procedimental definido e querido implementar pelo A..

Vejamos.

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO NORTE

Decorre do art. 13.º da Lei Fundamental, com a epígrafe de "*princípio da igualdade*", que todos "*... os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei ...*" (n.º 1) e que ninguém "*... pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual ...*" (n.º 2), sendo que no aludido art. 266.º, n.º 2 da CRP se prevê que os "*... órgãos e agentes administrativos ... devem actuar, no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade ...*". Deriva, por fim, do n.º 1 do art. 05.º do CPA que nas "*... suas relações com os particulares, a Administração Pública deve reger-se pelo princípio da igualdade, não podendo privilegiar, beneficiar, prejudicar, privar de qualquer direito ou isentar de qualquer dever nenhum administrado em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social ...*".

Tal como refere Marcelo Rebelo de Sousa (*in: ob. cit., Tomo I, págs. 218/219*) o "*... princípio da igualdade postula, assim, em primeiro lugar, que se determine se determinadas situações devem ou não ser consideradas como substancialmente idênticas; e, em segundo lugar, que se assegure o tratamento dessas situações de forma congruente com a sua semelhança ou dissemelhança substanciais.*"

A igualdade ou disparidade substanciais das situações da vida não têm que ser absolutas; têm é que se verificar em relação aos aspectos que se mostrem relevantes à luz do poder administrativo em concreto exercido e do fim para o qual ele foi legalmente conferido. Por isso mesmo, a igualdade ou disparidade não são puramente fácticas, mas também de qualificação jurídica ...".

E continua aquele Professor uma "*... vez apurada a identidade substancial entre situações, o princípio da igualdade implica, por um lado, que não se trate desigualmente o que deve ser igual (sentido negativo) e que se trate de forma igual o que deve ser igual (sentido positivo).*"

(...) Quanto ao conteúdo específico da conduta que a administração deve adoptar para cumprir o princípio da igualdade, devem distinguir-se as situações de proibição de discriminação das de obrigação de diferenciação. A proibição de discriminação obedece ao propósito de vedar toda a discriminação intolerável, quer a que se traduz em tratar desigualmente o que deve ser desigual, quer a que se exprime em tratar igualmente o que deve ser desigual; assim sendo, implica o dever de não agir (não introduzindo desigualdades no que deve ser igual ou introduzindo igualdades no que deve ser desigual), bem como o dever de agir (tratando igualmente o que deve ser igual e impedindo que se trate desigualmente o que deve ser igual). A obrigação de diferenciação subordina-se à ideia de introduzir todas as diferenciações necessárias para atingir a igualdade substancial, quer tratando desigualmente o que é igual, quer tratando desigualmente o que é desigual e deve ser igual (discriminação positiva) ...".

Ora na sua dimensão material ou substancial o princípio constitucional da igualdade vincula em primeira linha o legislador ordinário, sendo entendido e

considerado como limite objectivo da discricionariedade legislativa, proibindo a adopção de medidas que estabeleçam distinções discriminatórias, ou seja, desigualdades de tratamento materialmente infundadas, sem qualquer fundamento razoável ou sem qualquer justificação objectiva e racional.

O princípio da igualdade traduz, no fundo, a ideia geral de proibição do arbítrio que vincula de igual modo o agir e actuar da Administração, não aceitando a discriminação, ou seja, as diferenciações de tratamento fundadas em categorias meramente subjectivas, como são as indicadas, exemplificativamente, no n.º 2 do art. 13.º da CRP.

Passando, agora, ao enquadramento do outro princípio em questão decorre do n.º 2 do art. 05.º, n.º 2 do CPA que as *"... decisões da Administração que colidam com direitos subjectivos ou interesses legalmente protegidos dos particulares só podem afectar essas posições em termos adequados e proporcionais aos objectivos a realizar ..."*.

Consagra-se no citado normativo em termos de legislador ordinário o princípio da proporcionalidade, cumprindo-se também aqui uma directriz constitucional inserta no n.º 2 do art. 266.º da CRP.

Na actuação administrativa terá, por conseguinte, de existir uma proporção adequada entre os meios empregues e o fim que se pretende atingir, já que a proporcionalidade terá de se verificar entre o fim da lei e o fim do acto, entre o fim da lei e os meios escolhidos para atingir tal fim e entre as circunstâncias de facto que dão causa ao acto e as medidas tomadas.

Este princípio tem grande aplicação na actividade administrativa e, em especial, na actividade que se insere na denominada *"discricionariedade técnica ou administrativa"* (*"justiça administrativa"*), sendo que, nesse âmbito, não deverá o juiz, em princípio, sobrepor o seu poder de apreciação ao da autoridade investida daquele poder, salvo situações como de incompetência do órgão, de inobservância de formalidades essenciais no decurso do processo, de falta ou insuficiência de fundamentação da decisão final, de erro nos pressupostos, de desvio de poder, de erro manifesto, inadmissibilidade ostensiva dos critérios usados, ou mostrarem-se estes manifestamente desacetados e inaceitáveis.

Ora no caso vertente, considerando os factos apurados e o que supra se teceu quanto à caracterização dos princípios mencionados em epígrafe temos que o acto

administrativo impugnado não padece ou sofre de qualquer infracção ao princípio da igualdade, nem de erro grosseiro ou manifesto que viole o princípio da proporcionalidade.

Na verdade e desde logo quanto a este último princípio nenhuma censura nos merece a deliberação administrativa em crise dado que esta, negando a autorização de tratamento de dados pretendida pelo aqui A., em momento algum revela uma desproporção grosseira e/ou manifesta entre os fins vertidos na lei nesta sede e os fins do acto ou os meios escolhidos pelo mesmo para o prosseguimento daqueles à luz da fundamentação expendida. Não decorre daquele acto que, no prosseguimento do interesse público, a autoridade demandada haja desenvolvido conduta que envolva manifesta e grosseiramente um sacrifício desproporcionado, desadequado, desnecessário das posições jurídicas sustentadas e prosseguidas pelo A. a ponto destes saírem defraudados e impossíveis de se concretizar ou realizar quando outros meios e mecanismos poderão ser utilizados no e para o prosseguimento daqueles objectivos de molde a obter o desiderato pretendido e do qual ninguém discordará.

Por outro lado, não se descortina que a deliberação impugnada contradiga ou viole o princípio da igualdade, inserto nos arts. 13.º e 266.º da CRP e 05.º, n.º 1 do CPA, já que a observância e respeito deste princípio e comandos normativos citados não passa pela consagração, como única e exclusiva solução possível, como sustenta o A., da imposição e sujeição total e obrigatória de todos os funcionários/trabalhadores da edilidade a testes de alcoolemia segundo o procedimento de tratamento de dados pessoais pretendido pela mesma edilidade.

Os objectivos salutar e de aplaudir que se visam prosseguir com o programa de prevenção e controlo do consumo de bebidas alcoólicas pelos funcionários/trabalhadores da C.M. Porto, de que o "Regulamento Interno" e a aplicação informática do "SGSC - Sistema de gestão de Sorteios de Colaboradores" são instrumentos ou meios, não permitem, nem legitimam como única e exclusiva solução a propugnada pelo A. a ponto de a sua não aceitação arrastar uma qualquer infracção ao princípio da igualdade.

Da deliberação e do entendimento nela vertido não nos permite concluir que, para a concessão de autorização a um sistema que envolva *"tratamento de dados pessoais"* [entendido à luz do art. 03.º, al. b) da Lei n.º 67/98 como *"... qualquer operação ou conjunto de*

operações sobre dados pessoais, efectuadas com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a comunicação por transmissão, por difusão ou por qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bem como o bloqueio, apagamento ou destruição ..."], algumas limitações à imposição da sujeição dos funcionários/trabalhadores da edilidade, mormente, a determinados funcionários/trabalhadores que exerçam funções em que o excesso de consumo de álcool possa por mais gravemente em risco a vida ou saúde ou mesmo ainda direitos/interesses patrimoniais da edilidade e de terceiros constitua uma infracção do princípio da igualdade.

Este princípio não obriga, nem impõe como única solução possível ou legalmente admissível a instituição dum regime generalizado de tratamento automatizado de dados pessoais por efeito da sujeição total e obrigatória de todos os funcionários/trabalhadores da edilidade a testes de alcoolemia, pelo que a consideração de soluções mitigadas no âmbito do regime legal de autorização de tratamento de dados não pode gerar uma ilegalidade como a aqui em análise.

Atente-se que o tratamento de dados pessoais realizado no âmbito da gestão da informação dos Serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho era feito, à data, nos termos do disposto no DL n.º 441/91, de 14.11 (*diploma que continha o enquadramento nacional da segurança e saúde no trabalho, abrangendo todos os ramos de actividade, nos sectores público, privado, cooperativo e social, e bem assim todos os trabalhadores*), no DL n.º 26/94, de 01.02, (*diploma que continha o enquadramento nacional da segurança e saúde no trabalho previstas no art. 13.º do DL n.º 441/91*), na redacção que lhe foi dada pelo DL n.º 109/00, de 30.06 (regime entretanto revogado pela Lei n.º 102/09, de 10.09), no DL n.º 488/99, de 17.11 (*diploma que continha a regulamentação naquela matéria para os trabalhadores e empregadores dos serviços e organismos da administração central, local e regional, incluindo os institutos públicos nas modalidades de serviços personalizados do Estado e de fundos públicos, e ainda aos serviços e organismos que estejam na dependência orgânica e funcional da Presidência da República, da Assembleia da República e das instituições judiciais*) conjugado com a Lei n.º 67/98, não estando aqui e nesta sede em apreciação, em termos de legalidade/constitucionalidade, a possibilidade de imposição, por regulamento interno, da submissão de todos os trabalhadores ao controlo de consumo de álcool à luz do demais ordenamento.

Existe legitimidade, em termos gerais, para se poder proceder ao tratamento daquelas categorias de dados na medida em que a gestão de informação vise assegurar o cumprimento de uma obrigação legal (vide art. 07.º, n.º 2 da Lei n.º 67/98 que prevê que mediante "*... disposição legal ou autorização da CNPD, pode ser permitido o tratamento dos dados referidos no*

CV

número anterior quando por motivos de interesse público importante esse tratamento for indispensável ao exercício das atribuições legais ou estatutárias do seu responsável, ou quando o titular dos dados tiver dado o seu consentimento expresso para esse tratamento, em ambos os casos com garantias de não discriminação e com as medidas de segurança previstas no artigo 15.º ...” na sua conjugação com o art. 28.º do mesmo diploma).

Mas de tal regime não deriva a imposição, sob pena de se mostrar defraudado o princípio da igualdade, da implementação dum sistema ou regime de tratamento de dados automatizado generalizado a todos os funcionários/trabalhadores/colaboradores numa instituição, seja ela pública ou privada.

Pelo exposto, o acto administrativo impugnado não se mostra lavrado em violação dos princípios e normativos em questão.

π

4.2.5. DO ERRO SOBRE OS PRESSUPOSTOS

Por fim, alega o A. que a deliberação administrativa aqui objecto de apreciação enferma de erro sobre os pressupostos de facto porquanto a R. terá tratado o documento do A. como reportando-se a uma “fiscalização do consumo de estupefacientes” e considerado o mesmo “como uma empresa, o que ... manifestamente não é ...” o caso.

Analisemos.

Constitui ilegalidade integradora da violação de lei a discrepância entre o conteúdo ou o objecto do acto e as normas jurídicas aplicáveis, sendo que se pode verificar ou ocorre quer no exercício de poderes vinculados como no exercício de poderes discricionários.

O erro sobre os pressupostos de facto que serviram de motivação ou base ao acto administrativo gera, assim, ilegalidade conducente à invalidade do mesmo.

A decisão final dum determinado procedimento administrativo deve, pois, assentar em pressupostos de facto e de direito correctos e tidos como verificados de facto.

Posto isto temos que à luz da factualidade supra apurada não ocorre minimamente a ilegalidade em presença.

Com efeito, desde logo mostra-se deslocada a referência e a imputação feita pelo A. à deliberação impugnada de que a R. terá tratado o pedido de autorização como reportando-se a uma “fiscalização do consumo de estupefacientes”. É certo que na fundamentação daquela deliberação e no âmbito duma citação de anterior

entendimento firmado pela CNPD no seu parecer no processo n.º 2461/03 se faz referência a teste relativo ao “consumo de drogas” e “toxicodependência”. Todavia, como clara e inequivocamente se revela de toda a demais fundamentação e decisão vertida na deliberação em causa do que nela se cuidou foi do efectivo pedido de autorização de tratamento de dados relativos à prevenção e controlo do consumo de álcool que havia sido formulado pelo A. [cfr. ponto III-B) Quanto ao fundo, ponto IV-A) Pedido, ponto IV-C) 2 Avaliação do caso concreto e ponto V)- Conclusões].

Aliás, o segmento decisório final fala por si “...nos termos dos artigos 7.º, n.ºs 1 e 2, e 28.º, n.º 1, al. a) da Lei n.º 67/98, a CNPD não autoriza o tratamento de dados pessoais relativo à realização de **testes de alcoolemia** notificado pela CMP ...” (sublinhado e evidenciado nossos).

De igual modo não se descortina que a CNPD na deliberação que tomou tenha considerado o A. como se tratando duma mera “empresa” e que por efeito de tal pressuposto haja decidido nos termos em que o fez. Depreende-se, até dos seus próprios termos que o entendimento e a decisão da CNPD nesta sede é independente da qualificação e natureza público ou privado do requerente [pode ler-se a dado passo o seguinte no texto da deliberação “... reiterou-se a posição normalmente assumida pela Comissão no tocante ao controlo da alcoolemia de trabalhadores, tanto do sector público como do privado ...” - pág. 01].

Não deriva dos termos daquela decisão que tal caracterização ou qualificação haja ocorrido em termos daquilo que aquela expressão significa e implica em sede do direito vigente no nosso ordenamento e que tendo-o sido isso tenha contribuído ou conduzido a diverso entendimento daquele que a mesma firmou quanto ao pedido de autorização formulado pelo A. neste caso. Da simples referência e utilização da palavra “empresa” ao longo do texto da decisão (cfr. página 5 da deliberação) não resulta que aquele uso, no demais contexto e fundamentação da deliberação, tenha tido qualquer conotação ou implicação significativa à luz do conceito jurídico aceite no nosso ordenamento jurídico, nem que a mesma se mostre dotada da significância que o A. pretende extrair em termos invalidatórios do acto aqui impugnado.

Improcede, pois, também este fundamento de ilegalidade.

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO NORTE

5. DECISÃO

Nestes termos, acordam em conferência os juizes da Secção de Contencioso Administrativo deste Tribunal, de harmonia com os poderes conferidos pelo art. 202.º da Constituição da República Portuguesa, em julgar a presente acção administrativa especial "*sub judice*" totalmente improcedente e, consequentemente, absolve-se a R. do pedido.

Custas a cargo do A., fixando-se a taxa de justiça em 06 (SEIS) Uc's já reduzida a metade [cfr. arts. 73.º-A, n.º 1, 73.º-D, n.º 3 todos do CC], 446.º do CPC e 189.º do CPTA].

Notifique-se. D.N..

2009
10/09

Restituam-se, oportunamente, aos ilustres mandatários das partes os suportes informáticos gentilmente disponibilizados.

2009
10/09

Processado com recurso a meios informáticos, tendo sido revisto e rubricado pelo relator (cfr. art. 138.º, n.º 5 do CPC "*ex vi*" art. 01.º do CPTA).

2009
10/09

Porto, 09 de Outubro de 2009

Carlos Luis Medeiros de Carvalho

António L. Salazar

[Assinatura]